

RESENHA

O republicanismo democrático de Condorcet

WALQUÍRIA G. D. LEÃO REGO
w.leaorego@uol.com.br

Chega em boa hora o livro de Condorcet *Escritos político-constitucionais*, organizado, traduzido e apresentado por Amaro de Oliveira Fleck e Cristina Foroni Consani, prefaciado por Newton Bignotto e publicado pela Editora da Unicamp. O texto nos revela um pensador da política, dono de grande vigor analítico, de força normativa e impressionante poder de antecipação de campos problemáticos e conceituais. Está dividido em cinco partes. Na primeira, em "Ideias sobre o despotismo (1789)", Condorcet expõe tipologicamente sua teoria sobre suas formas, em destaque: o despotismo direto e o indireto e suas diferentes modalidades de atuação. Ambos os tipos portam graves e profundos perigos à liberdade, sendo o indireto o mais perigoso porque menos perceptível aos cidadãos. Um exemplo disso, em relação à representação, se refere ao fato de que o despotismo indireto existe mesmo "[...] quando, apesar da resolução da lei, a representação não é nem igual nem real, ou quando se está submetida a uma autoridade que não é estabelecida pela lei" (p. 30). O despotismo de tipo legislativo pode ocorrer quando a representação do povo cessa de ser real ou se torna demasiadamente desigual. Prevenir-se-á esse perigo vigiando a composição das leis que prescrevem a forma segundo a qual se devem ele-

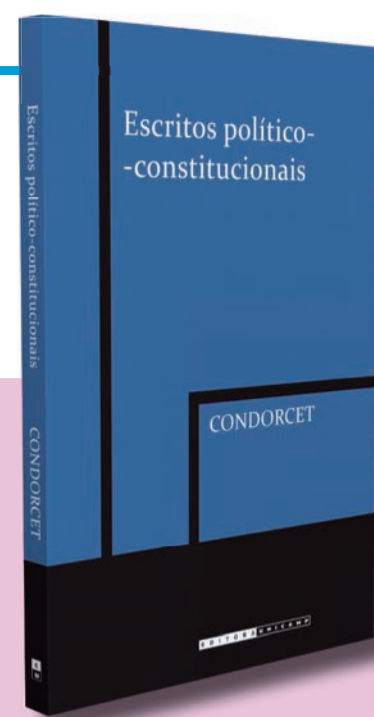
ger os representantes (p. 33). Crucial advertência diz respeito ao despotismo dos tribunais ou do despotismo judiciário: "Ele é mais inevitável ainda se esses tribunais têm alguma participação na potência legislativa, se eles formam um corpo entre eles, se seus membros são julgados por eles próprios" (p. 36). Na segunda parte, "Ao corpo eleitoral, contra a escravidão dos negros (1789)", lembra que a escravidão atenta contra os direitos da natureza e que nenhum homem pode, por nenhuma escritura, tornar-se propriedade de outro homem. Com isso rompe com justificativas teóricas e morais antigas da escravidão, talvez até mesmo com as de J. Locke. Na terceira, escreve "Sobre a admissão do direito de cidadania às mulheres (1790)". O escrito sem dúvida antecipa as reflexões de John Stuart Mill sobre a questão, em especial o trabalho *Sujeição das mulheres*, escrito em 1869.

Pode-se dizer que Condorcet, como todos os pensadores do século XVIII, defendeu intensamente a necessidade de normas, porque acreditava na sua indispensabilidade à racionalização da vida em sociedade. A liberdade deveria ser fundada nas normas: sem elas, sequer a liberdade seria possível; restaria apenas o seu contrário, o arbítrio de todos e a liberdade de ninguém. Neste ponto, vale a pena perceber sua concepção de lei e de reformas institucionais, ambas de grande originalidade, pois pensadas conforme a importância que se confere aos procedimentos legislativos. A preocupação com o processo legislativo e seus procedimentos recebe for-

te argumento em favor do debate e da participação ampla da cidadania. Evidentemente isso se articula com a preocupação com a boa e justa Constituição, que devia estar em relação direta com sua força normativa, cuja eficácia residiria em sua capacidade de modelar cidadãos inquietos, ativos, e demandantes por melhorias progressivas das instituições e do agir político.

Finalmente, chega-se ao "Plano de Constituição (1793)". Seu ponto central reside no desenho institucional elaborado por Condorcet. Aqui, claramente, promove a conciliação entre democracia representativa e democracia direta, isto é, estabelece canais formais para a deliberação política e para o controle dos representados sobre os representantes. Como se sabe, a representação foi e ainda é uma das grandes categorias da política. Condorcet compreendeu muito bem a questão e sua complexidade, por isso procurou estabelecer controles sobre sua qualidade e legitimidade democráticas. A peculiaridade de sua proposta se ancora sobre três bases: a multiplicação dos espaços deliberativos e decisórios, o estabelecimento de tempo político (ou intervalos) para o agir coletivo e o estabelecimento de poderes positivos e negativos que criam a possibilidade de reversibilidade das decisões tomadas, aproximando os cidadãos das atividades políticas (pp. 73-76).

Por todas essas razões, vale lembrar que as reflexões de Condorcet interpelam fortemente nosso presente político. Têm muito a nos dizer sobre nossas crises de representação e de partici-



SERVIÇO

Título: Escritos político-constitucionais

Autor: Condorcet

Organização, tradução e apresentação: Amaro de Oliveira Fleck e Cristina Foroni Consani

Editora da Unicamp

Páginas: 208

Preço: R\$ 38,00

pação na vida pública. Não há como não invocar para elas a ideia benjaminiana do anjo da história, que, no seu quase voo através da ventania, mira o passado, mas bem que gostaria de se deter, despertar os mortos e recompor o que foi feito em pedaços.

Walquíria G. D. Leão Rego é professora titular do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp.

Segregação socioespacial atinge Santos

SILVIO ANUNCIÇÃO
silviojp@reitoria.unicamp.br

Pesquisa de mestrado conduzida pela geógrafa Maria Isabel Figueiredo Pereira de Oliveira Martins identificou em Santos, cidade do litoral sul do Estado de São Paulo (SP), forte segregação socioespacial advinda do processo de urbanização do município. Conforme o estudo, esta divisão está atrelada à ação de agentes produtores do espaço que operam sob a chancela dos órgãos públicos, por meio da constante implementação de empreendimentos imobiliários verticais em áreas específicas.

"O espaço urbano em Santos é produzido para atender uma classe social abastada. Os altos preços dos terrenos fazem com que algumas áreas da cidade sejam valorizadas. A população de baixa renda e a classe média, por sua vez, não têm acesso a esses espaços. Elas são obrigadas, por conta desta valorização diferencial, a fixar suas moradias em áreas que não têm tanta infraestrutura urbana", expõe a pesquisadora.

A dissertação de Maria Isabel Martins foi defendida junto ao Instituto de Geociências (IG) da Unicamp, sob a orientação do professor Lindon Fonseca Matias. O estudo integra projeto temático da Fapesp sobre mudanças climáticas nas regiões metropolitanas de SP.

A orla marítima do município e o seu entorno são as áreas "escolhidas" para os empreendimentos verticalizados de alto padrão, que trazem consigo as melhores infraestruturas urbanas, aponta a autora da investigação. "Há, nesta região, que tem investimento público em infraestrutura de saneamento, esgoto e transportes, muita especulação imobiliária".

A geógrafa exemplifica, acrescentando que, em muitos casos, empreendimentos localizados às margens da orla e do seu entorno chegam a vender o metro quadrado de condomínios compostos por torres de médio e alto padrão entre R\$ 6,5 mil e R\$ 8 mil. Por outro lado, o município abriga grande concentração de favelas sobre palafitas. As mais populosas são conhecidas como Rádio Clube e Dique da Vila Gilda, ambas localizadas na zona noroeste do município.

"Estas regiões pobres estão separadas por morros e são as que apresentam maiores dificuldades de acesso viário às outras áreas de Santos. Elas carecem de melhorias na



Prédios na orla santista e a geógrafa Maria Isabel Martins, autora do estudo: verticalização e especulação imobiliária



Fotos: Antonio Scarpinetti

infraestrutura de saneamento básico, transporte e qualidade de vida para os moradores. A maioria são moradias irregulares. O plano diretor do município - embora congregue a utilização do Estatuto da Cidade, que visa uma utilização urbana mais democrática - ainda não agrega a população de baixa renda", critica.

Em 2011, de acordo com ela, houve uma revisão do plano diretor na tentativa de solucionar, principalmente, problemas que envolvem a democratização do espaço urbano, no sentido de proporcionar mais acessibilidade às áreas do município. "Mas, mesmo assim, algumas localidades ainda carecem de uma ampla gama de prioridades, como é o caso dos moradores da zona noroeste", pondera.

A utilização não democrática da cidade e a inexistência de espaços para o seu crescimento horizontal são, conforme Maria Isabel Martins, uma das principais dificuldades do município na atualidade. A pesquisadora informa que o grau de urbanização da área insular é de aproximadamente 99%. Isso acarreta uma densidade demográfica de aproximadamente 1.500 habitantes/km². Os vazios urbanos correspondem a aproximadamente 1% da área urbana total.

"A cidade não tem, praticamente, mais espaço para crescimento, pois ela está localizada numa ilha. E na área continental existem manguezais, uma APA [Área de Proteção Ambiental] e o Parque Estadual da

Serra do Mar, regiões em que construções são proibidas. Por ter esta grande ausência de vazios urbanos, Santos não consegue, por exemplo, implantar programas habitacionais voltados às famílias de classe média e baixa renda, como o programa federal Minha Casa Minha Vida", exemplifica.

Embora a cidade concentre os setores de serviço da Baixada Santista desde a década de 1970, o crescimento populacional do município está estacionado, justamente por conta da falta de espaços para o crescimento da sua mancha urbana. A carência de espaços livres e de vazios urbanos, aliada à ocorrência de alta densidade demográfica, faz com que Santos passe por constantes processos de refuncionalização do seu território.

"A saturação do espaço urbano santista gera construções de empreendimentos imobiliários verticalizados. Com isso, antigas edificações são demolidas, alterando a configuração urbana. E a cidade não se expande mais horizontalmente", constata.

Para subsidiar sua pesquisa, Maria Isabel Martins classificou em 37 tipos as atividades que predominam em cada quadra urbana de Santos. Ela produziu diversos mapas de intensidade de ocorrência dos usos da terra urbana por meio do estimador de intensidade Kernel. Tais mapas permitem uma análise da intensidade de ocorrência de cada uma dessas atividades e uma melhor compreensão da estruturação do espaço urbano do município no período atual, ressalta.

"A minha pesquisa produziu um alto nível de detalhamento, permitindo compreender a diversidade de usos do espaço urbano, mas identificando, principalmente, a predominância de usos mistos, sejam comerciais, residenciais e de serviços. Uma das justificativas para a predominância das atividades mistas é a ausência de espaços livres e de vazios urbanos", acrescenta.

Publicações

MARTINS, M. I. F. P. O. . A DINÂMICA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SANTOS-SP E A PRODUÇÃO DA SEGUNDA RESIDÊNCIA. In: 14º Encontro de geógrafos da América Latina, 2013, Lima (Peru). Anales del 14º EGAL, 2013. v. 1

Dissertação: "Estudo do processo de urbanização e das transformações do uso da terra urbana no município de Santos - SP com uso de geotecnologias"

Autora: Maria Isabel Figueiredo Pereira de Oliveira Martins

Orientador: Lindon Fonseca Matias

Unidade: Instituto de Geociências (IG)

Financiamento: Fapesp